

# Sem espaço para improvisos

Félix de Bulhões\*

Dentro do tema deste painel, pretendo aproveitar o tempo destinado aos meus comentários para explorar a questão das perspectivas para 1997 sob o ponto de vista da indústria.

A começar por uma breve análise dos resultados obtidos em 1995 diria que o governo encerrará o ano em curso com o mérito de haver avançado em ao menos três aspectos. O primeiro está relacionado à continuação da estabilidade monetária e à queda contínua da inflação. Foram registradas, no período, as menores taxas de inflação dos últimos trinta anos, o que pôde ser obtido sem expurgos e mudanças nas fórmulas de cálculo dos índices ou qualquer outro tipo de artificialismo em matéria de política econômica.

O segundo mérito diz respeito à manutenção das reservas cambiais em níveis que beiram a casa dos US\$ 60 bilhões, apesar do clima de desconfiança que rodeia a credibilidade e a transparência de países emergentes, como o México e a Argentina.

Por último, numa medida de sucesso e de reconhecimento do avanço do País na reorganização de sua economia, tem-se o retorno dos capitais de investimento direto estrangeiro.

Conforme vai se consolidando a estabilidade monetária e o crescimento é retomado a taxas sustentáveis, o perfil dos investimentos diretos tende a se modificar em favor daqueles com maior prazo de permanência no País. Assim, é notada a ocorrência de uma mudança positiva no fluxo de entrada de capitais estrangeiros, com o País recebendo mais recursos de longo prazo e investimentos diretos. Em 1996, o volume de investimentos

diretos é da ordem de US\$ 8 bilhões, fundamentais para complementar a poupança doméstica, aumentar nossa produção interna e inserir o Brasil nas malhas de produção internacionais.

Ademais, porém de forma ainda ligada ao front externo, tem-se o fato de que o empenho dos países sul-americanos como um todo na consolidação da estabilidade monetária atrai a atenção dos investidores e a perspectiva de integração regional ganha força com o sucesso do Mercosul no conjunto dos blocos comerciais. Por sua dimensão e grandeza, o Brasil, principal economia da região, está à frente de todo esse processo.

Apesar desse quadro bastante positivo, entretanto, muitos setores se mostram reticentes quanto às perspectivas da indústria para 1997. A principal dúvida está relacionada à possibilidade de que o aumento do déficit da balança comercial venha a levar o governo a mais uma vez frear a demanda para conter o crescimento das importações.

Sou um otimista e acredito que não nos devemos contentar com pouco quando temos grande potencial. Discordo daqueles que vêm na redução do ritmo de crescimento econômico a única saída para manter a estabilidade monetária e o gradual avanço do nível de atividade.

Com a abertura da economia e a introdução do Plano Real, certamente ocorreram alguns exageros na importação de bens de consumo. O governo



procedeu à realização dos ajustes necessários e, hoje, se está havendo uma alta das importações, é preciso reconhecer que esta é devida principalmente a um aumento nas compras de bens de capital. No período de janeiro a outubro de 1996, as importações de bens de consumo foram reduzidas em 18%, em relação a igual período do ano passado.

As importações de bens de capital, por sua vez, cresceram 12%. Portanto, qual é a lógica da contenção da demanda e que impacto isto poderia causar em termos de redução do ritmo de crescimento das importações?

As importações de bens de capital contribuem para o aumento da competitividade da indústria brasileira, que, atualizada tecnologicamente, produz mais e com maior valor agregado. Além disso, ao contrário dos dois últimos anos, quando o crescimento econômico foi motivado pelo aumento da renda real dos consumidores e pela melhoria das condições de crédito, o aumento das compras de bens de capital sugere que estaremos entrando num processo em que a fonte do crescimento econômico passará a ser o investimento produtivo.

Acredito que as medidas recentemente anunciadas visando à desoneração das exportações e à melhoria das condições do crédito para os importadores de produtos brasileiros produzirão efeitos em termos de equilíbrio dos resultados da balança comercial. Mesmo assim, entretanto, concordo que maior esforço ainda deve ser empreendido para garantir um aumento consistente das exportações.

O comportamento da balança comercial se transforma em problema dada a dificuldade que temos em financiar déficits contínuos, o que, por sua vez, está relacionado ao fato de não havermos completado o ajuste da economia brasileira. É preciso atuar na solução de cada entorpe incluído no chamado custo Brasil, acelerar as reformas estruturais, enfim, colocar em prática tudo o que já foi exaustivamente debatido ao longo dos últimos anos.

Não há espaço para improvisos. Toda medida tem a sua duração e efeito sobre a economia determinados por sua consistência. E o setor privado sempre responde rápida e efetivamente a políticas corretas e objetivos transparentes.

O déficit da balança comercial não é decorrência apenas de uma questão de valorização ou desvalorização do câmbio. O déficit comercial remete a um problema de natureza estrutural, de um país onde produzir custa caro e onde o contingente de consumidores foi fortemente alargado com a estabi-

lização e a melhoria do poder de compra da população de baixa renda.

Não se deve cogitar o retorno às políticas do passado, quando era imposta ao câmbio a tarefa de dissimular o Custo Brasil e criar competitividade para a indústria e as exportações brasileiras. O Brasil evoluiu e ganhou credibilidade porque passou a tratar seus problemas com seriedade; sem disfarces e hipocrisias. Se sabemos que existem problemas que prejudicam a competitividade da produção brasileira, vamos discutir estes problemas, cobrar do Congresso o encaminhamento de soluções efetivas, manifestar com veemência nossa posição contrária à aprovação de medidas fáceis e artificialismos. A desvalorização da moeda, sem dúvida, é o caminho mais fácil para o equilíbrio das contas externas, porém ela destrói a confiança no investidor nacional e estrangeiro.

Controlar o consumo, tampouco, resolve o problema. O aumento das exportações concorre com o crescimento da demanda no mercado doméstico e a ausência de um quadro institucional ou política industrial de incentivo permanente à exportação desestimula o ajuste da capacidade de produção das empresas para atender aos dois mercados: o doméstico e o de exportação. Nós já tivemos o tempo de "exportar é o que importa" e, mesmo assim, o mercado externo, apesar do empenho de várias empresas em muitos setores, ainda tem a fama de válvula de escape em momentos de constrangimentos da demanda interna.

Limitar importações também não faz sentido. Como foi enfatizado, o aumento das compras no exterior está relacionado ao grupo de bens de capital. O Brasil fechado não tem futuro, tropeça em seus próprios vícios. O Brasil aberto atende, evolui e progride.

É fundamental que o País possa, em 1997, evoluir ainda mais e que a indústria tenha a chance de ter na sua própria performance a razão do aumento de sua competitividade externa. Para tanto, vale enfatizar, dentre as várias reformas estruturais necessárias, a importância das reformas fiscal e previdenciária, fundamentais para desonerar a produção e estimular e alavancar a poupança e das fontes de financiamento. Somando-se à modernização do setor público, à implementação do programa de privatizações e à desregulamentação da economia, estas reformas resultarão na substancial redução do custo de produção de bens e serviços no País e na elevação da condição de competitividade do produto brasileiro.

Estas são, enfim, nossas expectativas para 1997: não haverá mudança de rumos, teremos um ano de consolidação da estabilidade e de novos passos em direção a uma organização consistente da economia brasileira. ■

\*presidente da White Martins